

Do global ao micro...

Eis a “Loures - História Local” nº 5. Quando nos começam a chegar mails a perguntar se falta muito para sair esta nossa “newsletter”, isso é bom sinal. Sinal de alguma expectativa nos conteúdos, de certa fidelização, de confiança.

Esperamos, por isso, que esta edição corresponda ao interesse manifesto. Em certa medida podemos dizer que fazemos uma viagem entre abordagens globais e visões micro. O desafio é entendermos como se completam.

A Dr^a Máxima Vaz aborda este imenso território, que vai de Loures a Carnide, marcado pela sua enorme várzea, rica em muitos aspectos. Um território, uma geografia, entretanto alvo de muitas mudanças, mas que marcou uma relação com outros territórios limítrofes.

Por exemplo, o impacto que tiveram as pestes, com um peso dominante na capital, nas zonas vizinhas? Não apenas em termos das consequências humanas, mas também nas mentalidades, nos comportamentos. Será que esse impacto não terá tido peso na criação do Grupo dos 31 de Casinhos, como aborda no seu texto Carlos Cardoso?

Na resposta às dificuldades se cimentam relações. Por vezes novas relações, assente em conceitos de solidariedade. José Franco continua a desbravar os caminhos da história da Cooperativa Sacavenense, entidade marcante naquela freguesia e cidade, repleta de pequenas histórias, como desvenda, por seu lado, José Mourato.

Dos contributos deste e daquele se vai desvendando, através de olhares diferentes, a história deste concelho. Mas precisamos de mais contributos e de mais olhares, enriquecendo desta forma esta publicação, assente no trabalho voluntário e no amor que cada um nutre por esta terra.

Esperamos, por isso, que na próxima “newsletter”, novos campos se abram, que a variedade de temas e de locais se ampliem, dando ainda uma visão mais ampla e profunda das histórias deste território e deste concelho.

Carlos Cardoso

De Sacavém a Carnide

A Várzea que se estende da foz do rio Trancão até ao limite sudoeste do concelho de Odivelas, tal como hoje existe, é o resultado de um longo processo de formação.

Afirma o Professor Orlando Ribeiro que é a maior depressão da península de Lisboa e que se aprofundou no período quaternário.

Para uma visão abrangente desta depressão, teremos de subir a encosta monoclinal que, de sueste a sudoeste a limita e separa dos planaltos setentrionais da cidade de Lisboa.

Num passado recente toda esta baixa foi dos solos agrícolas mais produtivos do nosso País, justamente considerada a horta da capital. Mas, antes da agricultura, houve aqui outras actividades: a pesca, a salicultura, a navegação.....

São vários os autores que se referem à formação e vida nesta várzea. Seguindo cronologicamente as informações desses autores, poderemos ter uma ideia aproximada da sua evolução.

Silva Teles refere-se-lhe nos termos seguintes: “As baixas de Loures têm uma atracção especial(...) Em tempos distantes, (...) o Tejo prolongava-se até muito longe para Oeste. Essas baixas eram então um golfo, com uma saída muito estreita. À medida que se iam erguendo as faixas acolinadas do norte e do oeste e prosseguia a sedimentação, a bacia primitiva emergia a pouco e pouco, transformando-se primeiramente em lago, depois em pântanos. (...) Dos pontos altos da Ameixoeira e Apelação colhe-se em flagrante a depressão inteira, em contraste absoluto com as terras altas que se encontram em volta”.

E o Professor Orlando, de saudosa memória, completa da seguinte forma: “Depois, os aluviões foram

colmatando os vales, elevando o leito e tolhendo o caminho às águas salgadas. Mas, na Idade Média ainda havia salinas em Santo Antão do Tojal, e conservaram-se restos das que, há poucas dezenas de anos, se exploravam à entrada da garganta de Sacavém”. Como se pode inferir daqui, um dos fatores de transformação do golfo inicial em terrenos pantanosos, foram os aluviões que aqui se acumularam ao longo dos tem-



A Várzea de Loures nos tempos actuais

pos, embora os esteiros do Tejo continuassem a “alongar-se até muito longe”, esteiros que permitiam a navegação, para transporte de pessoas e bens.

João Brandão (de Buarcos), no livro a que deu o título – Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552 – afirma que “aqui “corriam” e “serviam”, nada menos do que 150 batéis, o que lhe fora confirmado por pessoas que “bem o sabiam”. Cerca de meio século depois, a navegação mantinha-se activa, como nos revela o Chantre da Sé de Évora, Manuel Severim de Faria, no seu livro – Viagens em Portugal.

Na sua segunda viagem pelo país, realizada em 1609, de Évora a Miranda do Douro, passou por aqui, e dessa passagem deixou o seguinte testemunho:

“De Lisboa a Sacavém há duas léguas. Sacavém é um lugar de 100 vizinhos, edificado na comididade de um braço do Tejo, que pela terra dentro entra duas léguas

Por aí...

“**Da Vida e da Morte - Os romanos em Loures**”, edição da Câmara Municipal de Loures, suporte de uma exposição de arqueologia que decorreu entre 26 de Julho de 1998 e 14 de Fevereiro de 1999. A publicação conta com a colaboração de diversos técnicos da autarquia e do exterior. “Vias Romanas no concelho de Loures” de Vasco Mantas; “A Villa romana de Almoínhas (Loures) no contexto da presença romana no concelho de Loures”, por Ana Cristina Oliveira; “A Presença romana em Frielas”, escrito por Ana Raquel Silva; “A Terra Sigilata”, da mesma autora e “As Ânforas da Estação Romana”, da responsabilidade de Maria Manuela Dias. Já José Ruivo escreveu “Subsídios para o estudo da numismática romana no concelho de Loures”; “Inscrições romanas do Termo de Loures”, é de Luis Fernandes; “Elementos arquitectónicos de época romana do concelho de Loures”, tem como autor Lídia Fernandes e o último artigo, “Mosaico romano de Frielas”, por Teresa Caetano.

Uma outra exposição, desta vez de etnografia, teve lugar no mesmo período, “**Somos Saloios-procura de um conceito**”, era acompanhada de uma excelente brochura, com cinco textos. Ana Paula Assunção escreveu “O colocar da questão. Somos saloios- não há futuro sem passado. O discurso do legado comum” bem como “Lisboa e Loures”. Francisco Sousa é o autor de “Maneira de ser saloio”; Carlos Consiglieri e Marília Abel de “A imagem do real” e, Eugénia Correia, publicou um texto sobre a exposição em si.

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fanhões publicou, em 1992, um livro, o historial da associação, desde a fundação, no período de 1891-1991, ou seja, no âmbito do seu centenário. A recolha de elementos e a organização esteve a cargo de Carlos Barbosa. O título ficou mesmo “**Historial- Associação H. Dos Bombeiros Voluntários Fanhões**”.

Perto de 300 páginas de texto, muitas fotos, muitas transcrições, numa sequência cronológica que fornece ao leitor elementos que marcarão a evolução da banda e dos bombeiros de

até Loures. É este esteiro, quando desemboca no Tejo, de grande fundo; tanto que nele entram navios de muitas toneladas, e alguns galeões da carreira da Índia; a largueza não é muita e se passa este estreito por uma barca que é estanque do Duque de Bragança, herdado do Conde Nuno Álvares, a quem a deu El-Rei D. João primeiro e lhe rende seiscentos cruzados. O rio se vai estreitando pela terra dentro para a parte do Poente sempre em altura que navegam barcos e de uma parte e da outra da ribeira está cercada de quintas fresquíssimas, e de muitas marinhas. A última parte deste rio dista pouco do de Alcântara, e rompendo uns vales que entre eles correm, se poderão comunicar sem muita dificuldade, como o considerou excelentemente Luís Mendes de Vasconcelos”.

As afirmações deste autor merecem todo o nosso crédito, uma vez que descreve o que observou, e como muito bem dizia Duarte Pacheco Pereira, “todo o saber é de experiência feito”.

Das suas últimas palavras depreende-se que aprovava o projecto apresentado por Luís Mendes de Vasconcelos no livro intitulado – Do Sítio de Lisboa- e publicado em 1608, ou seja, um ano antes da viagem do Chantre da Sé de Évora.

Fazer comunicar o rio de Sacavém com o de Alcântara, parece possível e conveniente a ambos. Mas vejamos o que diz Luís Mendes de Vasconcelos, Grão-Mestre da Ordem de Malta: “Nós temos o rio de Sacavém que desembocando no Tejo faz uma profundíssima foz, na qual entram os maiores navios deste porto, e ficando quase no norte da cidade, volta contra o noroeste, navegando-se até à

Mealhada; e da sua ribeira se levantam uns montes ásperos, ainda que pela cultura de deliciosos, os quais se vão estendendo com uma larga volta contra o poente, levando sempre ao pé um fundo vale, aberto por muitas partes com regatos que por ele correm. Deste modo vão fazendo um muro a esta cidade até onde o rio de Alcântara, continuando a mesma volta por um áspero vale, chega a se meter no Tejo ao poente da cidade, deixando-a cercada com um grande espaço do seu território este rio, o de Sacavém, e o vale que está entre eles. Se abríamos este vale, de onde a maré do rio de Sacavém chega, até ao de Alcântara, e afundarmos este de modo que possa a maré entrar nele, não vos parece que faríamos a mais segura fortificação que pode ser, recolhendo dentro dela, não só a cidade, mas muitos lugares e fertilíssimo terreno cheio de quintas, jardins, hortas e deliciosas recreações ?(...)”.

E remata mais adiante: “... ficamos assim não só fazendo esta cidade fortíssima, mas por razão desta fortificação se povoará muito mais, de sorte que em pouco tempo virá a ser cidade todo este circuito, com o que ficará sendo a mais poderosa do mundo”.

Este era o projecto de Luís Mendes de Vasconcelos – fortificar Lisboa com uma “muralha de água”, incluir dentro dela toda a várzea e torná-la a cidade mais poderosa do mundo!! Engenhoso, mas não convenceu o rei Filipe II, porque não tinha intenção de gastar dinheiro em projectos portugueses. Estudos mais recentes têm considerado o sismo de 1755 um factor importante para o assoreamento da várzea.

Já depois do sismo, continua a

Se quiser receber esta Newsletter confirme através do e-mail loureshistoriallocal2018@gmail.com indicando o seu endereço electrónico.

Os artigos para a Newsletter Nº 6 devem ser enviados até 26 de Abril.

Nesta edição colaboram:

Textos: Dr^a Máxima Vaz; Carlos Cardoso; José A. B. Franco; José Mourato; Grafismo/Paginação: Ana Isabel Xavier (belaxavier1@gmail.com)

Por aí...

Fanhões. A compra de equipamentos, a aventura que foi a construção do quartel os dilemas internos. Também não faltam as histórias, em especial dos mais velhos, que complementam dados factuais. Os nomes dos maestros, do comando do corpo activo, tudo isso está no livro do centenário.

.....

“De Convento a Conventinho- biografia de um espaço”, publicação da Câmara Municipal de Loures, 2009, é de uma leitura empolgante. Através de um conjunto de artigos, descobrimos uma rica história do espaço onde hoje em dia se situa o Museu Municipal de Loures.

O livro divid-se em duas partes. Na primeira conta com dois textos de Jorge Vasconcelos Aniceto, “De extinto convento a sumptuosa residência estival. A Quinta do Conventinho eleva-se na bucólica vazea de Loures” e “Da Quinta ao Museu Municipal, de residência particular a edifício público. A derradeira etapa”. Os outros dois textos são de autoria de Ana Raquel Silva, “O Convento do Espírito Santo (Loures): 250 anos de ocupação religiosa” e “Entre Franceses e Liberais. Apontamentos de história nacional na procura de um Convento Arrábido perdido entre as guerras de oitocentos”, de Conceição Assis Macieira.

Na segunda parte, temos mais seis artigos. “A família Gellweiler na Quinta do Conventinho: uma referência no legado patrimonial”, de Eugénia Correia; “A Capela do Espírito Santo da Mealhada”, por Bárbara Azevedo; “Antropobiologia dos indivíduos inumados na Capela do Espírito Santo”, escrito por Nathalie Antunes-Ferreira. Andreia Almeida é a autora de “Acerca da inscrição funerária do Sarcófago encontrado no Convento do Espírito Santos, Loures”; António Duarte e Elvira Barbosa, “Intervenção de conservação e restauro dos rebocos e esgrafito em duas criptas da Igreja do Conventinho, Loures” e, finalmente, o texto de Miguel Costa, com o título “Intervenção de Preservação/Conservação do Espólio proveniente das Criptas da Capela (Museu Municipal de Loures)”. Um Roteiro, Glossário e uma Cronologia completam a obra.

.....

Maria de Lourdes Lima dos Santos, Marinús Pires de Lima e Vítor Matias Ferreira foram os principais responsáveis de um estudo sobre as lutas dos trabalhadores no pós 25 de Abril. O texto **“As lutas sociais nas empresas e a revolução do 25 de Abril: da reivindicação económica**



falar-se de portos e de navios por aqui. Em 1762 o padre João Baptista de Castro descreve assim a região: “... aqui desagua este rio no Tejo por uma grande boca, fazendo uma profundíssima foz, na qual podem entrar os maiores navios deste porto; e ficando quase ao norte da cidade, volta contra noroeste, onde se encontram os vistosos portos de Unhos, Frielas, Mealhada, Granja, Marnotas, Santo Antão do Tojal, etc.”.

Sabemos que a água não desapareceu da lezíria a ponto de desaparecerem os barcos, pelo menos até 1822, segundo afirmação do Padre Álvaro Proença, em – Subsídios para a História do Concelho de Loures”, que diz o seguinte: “De 1820 a 1822 as lajes da igreja que eram de pedra tosca foram substituídas por um soalho cuja madeira desembarcou então na Póvoa de Santo Adrião e daí veio em carros para Loures”.

As águas só foram verdadeiramente escoadas com as obras de drenagem terminadas em 1939. O Padre Álvaro Proença, pároco de Loures, deve ter assistido a essas obras e, em 1940, quando escreveu o livro a que acima me referi, diz assim: “... a água terrível tudo destruía... Tornava-se urgente acabar com a fúria das águas, canalizar o seu ímpeto terrível e essa obra necessária terminou em

1939. Cavaram-se leitões profundos para a água, encaminharam-na para Sacavém, indicaram-lhe o caminho do Tejo. Hoje, a água ainda faz partidas...”

Oh! Se faz!! Todos nos recordamos do que aconteceu em 1967. É legítimo questionarmo-nos: Haverá a possibilidade de mais “partidas”, para usar o termo do Padre Proença? Não sou geóloga nem geógrafa, mas gostaria de falar desta questão com o conhecimento que não tenho. Contudo, admito a possibilidade de algumas surpresas, considerando que toda esta baixa não ultrapassa os 20 metros de altitude, o que não será barreira suficiente para impedir a entrada de água na pior das hipóteses, sem deixarmos, por outro lado, de considerar que fica a uma cota inferior à dos terrenos que a cercam.

A água que sempre aqui causou danos, também criou riqueza, trazendo o sal, facultando o transporte, como se comprova pelos testemunhos que apresentei e ainda por se ter constatado a existência de cais em Bucelas, Abeleira, Santo Antão, Loures, Mealhada, Unhos, Apelação, Frielas, Santo Elói, Paiã, Porto Pinheiro.

Dr^a Maria Máxima Vaz
Historiadora

CURIOSIDADES

No Museu Nacional do Azulejo está um painel proveniente da Quinta das Portas de Ferro, em Camarate. Trata-se da **“Senhora ao Toucador”**, do 2º quartel do séc. XVIII, Faiança azul e branca, com 1720 x 1730. Este painel, “da autoria do mestre P.M.P, revela a preferência deste pintor, até hoje não identificado, por cenas ga-



lantes, reveladoras do quotidiano da nobreza. Ilustrando a cuidada preparação estética de uma dama nobre, este painel reflecte, certamente, os costumes dos utilizadores do espaço em que se encontrava aplicado”.

Por aí...

ao movimento político — 1.ª fase” pretende, segundo os autores, “apresentar os dados fundamentais recolhidos numa investigação sobre conflitos laborais em Portugal após o 25 de Abril. Trata-se de uma primeira tentativa de análise do movimento social das classes trabalhadoras, processo que ainda não foi objecto de investigação sistemática no nosso país, apesar da grande riqueza e amplitude das lutas sociais desenvolvidas. O estudo é constituído por duas partes distintas. Na primeira, que ora se publica, faz-se uma abordagem *extensiva* das greves e conflitos ocorridos entre 25 de Abril e 31 de Maio de 1974, privilegiando os temas reivindicativos e as práticas de luta ao nível das empresas. Na segunda recolheu-se informação sobre determinados *casos concretos* considerados mais notórios e significativos: T. A. P., Lisnave, Siderurgia, Messa, Timex e C. T. T”.

O estudo comporta um levantamento exaustivo das empresas, das lutas, da duração e características dos processos reivindicativos. Nesse levantamento estão várias empresas situadas no concelho de Loures, como a Applied Magnetes, Robbialac e Dyrup, em Sacavém, Ucal, Covina e Mague em Santa Iria de Azóia, Aviários do Freixial em Bucelas, RAR, Sores, Olaiom na Bobadela, entre muitas outras.

.....

“**Palácio do Correio Mor**”, é o título. Directo, sem mais delongas. Trata-se de um brochura de divulgação daquele importante património, situado à saída da cidade de Loures, uma publicação sem data. Aparentemente, até pela profusão de imagens, uma publicação de divulgação do espaço que tem a particularidade de ter um texto histórico assinado por José Hermano Saraiva.

“Na imensa mancha de verdura negra que, ainda nos inícios do séc. XVIII emoldurava os arrabaldes de Lisboa, viu-se crescer e ampliar-se, com lentidão marcada pela cadência do tempo joanino, uma clareira entre bosques que depressa se povoou de áleas e jardins entre mármore e fontes, e enfim de edifícios que foram mudando, crescendo, até formar um palácio que, tanto pelo rasgo da proporção como pela gramática estilística, contrastava surpreendentemente com o vernáculo bisonho da arquitectura circundante.

Quem o construiu? A que epopeia serviu de memória? Se as pedras se resgatassem da sua mudez que legendas iria testemunhar?”, perguntas a que Hermano Saraiva tenta dar resposta no seu texto.

Nascimento da 1ª loja da “A Sacavenense” foi um dia de festa

A leitura e estudos dos relatos da imprensa da época são uma ótima fonte de informações para a compreensão e para o impacto de fenómenos, por vezes extravasando a realidade local e assumindo dimensão regional ou nacional. Como foi a abertura da 1ª loja da Cooperativa „A Sacavenense“.

Vários jornais referenciaram a abertura da 1ª loja da Cooperativa “A Sacavenense” no domingo, dia 22 de Julho de 1900, nomeadamente o jornal “O Século”, cujo relato revelou que fora um dia em cheio para a associação.

Para aquela altura e pela relevância que os jornais lhe atribuíram, a festa fora sem dúvida com pompa e circunstância, e tal o interesse que despertou que deixou o destaque para se compreender o quanto foi agradável para a população. Não só por isso, mas também pelo objectivo conseguido de organizar uma cooperativa em tão pouco tempo, e os benefícios que a população veio, por via disso, a obter, tais como produtos mais baratos e sem serem adulterados, bem como a salvaguarda referida nos primeiros estatutos da possibilidade de instituir um fundo de auxílio aos sócios que, por razões de doença ou por outras, se vissem impossibilitados de trabalhar. Razões subjacentes válidas de prevenção para assim não ficarem à mercê da caridade pública. Este benefício, infelizmente, só foi concretizado muitos anos depois, o que não foi impeditivo que houvesse solidariedade entre os operários.

Relato, a esse propósito, um caso interessante, revelado no jornal “Folha da Tarde” (5/Dez/1900- Pág 3). “Club Recreativo Sacavenense-

a festa que se realizou no sábado neste Club, promovida por um grupo de indivíduos de Sacavém e oferecida ao operário oleiro Henrique da Silva (nota: um dos que foi atribuída a paternidade desta associação) da fábrica da louça pelo seu estado de doença que o tem impossibilitado de trabalhar foi concorridíssima (...), o que faz prova que as sociedades recreativas, como já referi, também eram por vezes de solidariedade.

Em continuação da notícia publicada no jornal “O Século” (23/Julho/1900) sobre a inauguração da loja, a referência era a seguinte: “(...)A Cooperativa estava embandeirada e o Largo da Saúde apresentava-se galhardamente enfeitado com mastros, ligados por cordões de buxo, dos quais pendiam balões à veneziana, flores, etc.

Às cinco da manhã houve alvorada pela fanfarra da Academia Instrução e Recreio Sacavenense, sob a regência do sr. Pedro José Gomes Júnior (nota: fez parte da primeira Direcção). Queimaram-se muitos morteiros e foguetes, levantaram-se muitos vivas à cooperativa, aos seus corpos gerentes, ao povo operário, etc, percorrendo a fanfarra as ruas de Sacavém.

Às 10 horas da manhã, o Largo da Saúde estava coalhado de gente, na maior parte sócios d’aquela instituição, tocando a fanfarra o hino 1º de Maio”.

Em frente da cooperativa estava a Direcção. “(...) Falou o Sr. Joaquim Lopes de Abreu Castelo, cavalheiro muito conhecido entre o povo operário. Felicitou os sócios por verem o seu desejo realizado, triunfando em tão pouco tempo, das grandes dificuldades que se apresentavam. A fundação desta Cooperativa é uma glória para o



Por aí...

João Menezes elaborou, nos anos 80, o trajecto biográfico do mestre Marcos Romão, com quem chegou a ter aulas de clarinete. “Quando comecei a aprender clarinete na BBVTV, ouvia os músicos mais antigos falarem do professor Marcos Romão e das suas qualidades como clarinetista. Tive mais tarde, a partir de 1980, a oportunidade de conhecer este Homem que tenho como referência, e que viria a ser meu professor de clarinete (...) tendo eu sido um dos seus últimos alunos, pude, ainda em vida do professor Romão comprovar a amizade e o carinho que dispensava aos seus discípulos e ex-discípulos. Já com o curso de clarinete concluído, pedi ao professor Romão que me desse aulas de composição, ao que acedeu graciosamente.

Estes são só alguns aspectos da sua faceta de professor. O músico, o militar, o maestro e o compositor são outros dos aspectos que pretendo tratar neste trabalho”, escreve João Menezes na introdução a **“Marcos Romão dos Reis Júnior: Músico, Maestro, Professor e Compositor”**.

O trabalho contempla ainda um capítulo de discografia.

.....

“Porta aberta às memórias”, uma publicação da responsabilidade da Câmara de Loures, saiu, em dois volumes, em 2008. Mais tarde, em 2009, teve lugar uma segunda edição. Ricamente ilustrada, estes livros, que têm como eixo central a antiga Fábrica da loiça de Sacavém, resultam de um trabalho que pretendeu estabelecer a “interacção entre o Museu de Cerâmica de Sacavém, os cidadãos residentes no Município de Loures e todos os outros ligados ao património da antiga Fábrica de Loiça de Sacavém”. Contou, por isso, com o envolvimento e a colaboração de muita gente, e daí a existência de pequenos depoimentos.

.....

“Casa de Saúde e Repouso de Lousa- A degradação do local” é o título de uma brochura realizada no âmbito da unidade curricular de Design Gráfico I, do 2º ano da licenciatura em Design e Produção Gráfica do ISEC- Instituto Superior de Educação e Ciências, Lisboa. O seu autor é Hugo C. Moreira. Realce para o excelente conjunto de fotografias, demonstrativas do estado de abandono a que chegou aquele imóvel, actualmente pertença do Estado. Um dos subtítulos, aliás, é elucidativo: “Antes um refúgio para Bispos, agora para graffifers”.



povo operário de Sacavém, e vem demonstrar quanto podem fazer os proletários quando bem unidos e com boa vontade.

Depois do discurso foram abertas as portas do estabelecimento. Os vivas à cooperativa, as palmas, o som da música, os morteiros e foguetes estalavam no ar, e produziam um conjunto magnífico de ruidosa alegria. Depois começou a venda dentro da cooperativa, fazendo-se excelente negócio.

À noite houve iluminação à veneziana, tocou-se música e organizaram-se bailaricos.

Pelas 5 horas da tarde, apareceram dois fiscais do Real D’Água (entidade que regulava e fiscalizava os impostos e aferia os pesos e medidas do comércio) que, entrando, exigiram a verificação de tudo que lá estava, pesando o arroz, medindo-se o vinho, o azeite, etc. O povo censurou o caso”.

É sintomático que, para aquele tempo, a iniciativa fora um empreendimento notável e bastante agradável para o povo de uma localidade de cariz marcadamente operária. Porém, apesar de existir uma convergência de pessoas a nível individual, de vários quadrantes políticos de Sacavém, para o aparecimento da cooperativa “A Sacavenense” o que é um facto, como se pode demonstrar por um conjunto de relatos jornalísticos efectuados na altura, o aparecimento desta instituição revelou não ser pacífico, porque foram surgindo várias dificuldades.

Da leitura desses periódicos é fácil perceber o interesse de algumas pessoas em travar a marcha da cooperativa.

Vejamos o jornal “A Folha do Povo” (19/Julho/1900-pág 3) que antecipava o programa da festa e anunciava o seguinte. “É no próximo domingo (dia 22) a inauguração desta cooperativa, realizando-se a festa da seguinte forma(...) (...) embora as intrigas forjadas por parte de algumas pessoas; embora o abaixo assi-

nado enviado a Loures; embora ainda a exigência à cooperativa Sacavenense da parte do fisco numa avença de 310\$00 reis por timestre (nota: pode haver uma gralha no jornal mas revela que o pedido era exagerado), quando da Azambuja paga 15\$00 e a dos Olivais a mesma importância, notando que Sacavém está classificada em 4ª classe e os Olivais em 1ª (Os Olivais nesta época pertenciam a Lisboa); embora todas as contrariedades dizemos: os sócios não devem desanimar.

Antes, com mais afinco, devem prosseguir na sua ideia, protestando energicamente contra a injustiça que se lhe faz. Peça-se a equidade devida e faça-se cumprir a lei que está acima de toda as conveniências pessoais de conventículos ou partidários (...)."

Outros escritos se seguiram no mesmo sentido, focando a insistência dos fiscais em todos os dias irem à loja fiscalizar, criando uma pressão que se supõe encomendada. Tudo indica que havia o interesse de alguns donos da política da terra e, possivelmente, de comerciantes, para fazer abortar a iniciativa. Existiam sem dúvidas forças emergentes para impedir que a Cooperativa seguisse o livre curso da sua história.

Errata

No artigo publicado na “NL” nº 4 a data de nascimento da cooperativa A Louceira está errada. Foi em Setembro de 1898 e não em 1897 como, por lapso, saiu transcrito.

José A. B. Franco

Por aí...

“Sacavém e as suas lutas”, publicado em 1991, é um bom exemplo de como podem os autarcas de freguesia contribuir para a recolha e sistematização da história local. Por iniciativa da Assembleia de Freguesia de Sacavém foi criado um grupo de trabalho, constituído por Anónio Pereira, Beatriz Matias, José Miguel Mourato. O objectivo era fazer o levantamento das dinâmicas sociais, ao longo de vários anos, dinâmicas que se materializaram em protestos, greves, tomdas de posição, manifestações por parte dos trabalhadores, com o objectivo de melhorar as suas condições de vida.

Foram recolhidos imensos depoimentos, consultados jornais, vasculhados arquivos, concentrados em cerca de 600 páginas e que fazem de “Sacavém e as suas lutas” um texto de leitura essencial para compreender à realidade, ao longo dos anos, daquele importante núcleo industrial.

.....

“Loures- no tempo e na moda”, de 1992, brochura municipal de uma exposição que esteve patente no Museu Municipal, então na Casa do Adro, fornece um conjunto de elementos para a compreensão do “salóio” e a sua inserção espacial. São três os textos principais, “A Cidade e o Campo- traços gerais de hábitos, memórias”, “Sobre o gosto e o trajar” e “Modos de trajar na região saloia: período de 1870-1906”. Para além dos textos, acompanhados de dados estatísticos interessantes, destaque para um vasto conjunto de fotografias que complementam muito bem o conjunto de artigos.

.....

A exposição municipal, „A Água e a Vida“, que esteve patente de 2 de Dezembro de 1994 a 3 de Janeiro de 1995 pretendia, como se refere no texto introdutório da publicação que acompanhou a mostra, “valorizar alguns aspectos referenciais do património do concelho de Loures”. A publicação conta com um texto da Dr^a Ana Paula Assunção, exactamente sobre o tema da exposição, um outro sobre “Ecologia. Ambiente. Água. Vida...”, por Miguel Sousa Ferreira, um terceiro, com o título, “A água. O salóio. O património Cultural”, por Francisco Sousa e, finalmente, uma abordagem aos “Aparelhos de Elevar água”, a cargo de Eugénia Correia. Uma viagem interessante sobre a importância da água para as populações, sobre os instrumentos de trabalho utilizados, sobre a necessidade de defender a vida dos rios e ribeiros que atravessam o concelho.



Sacavém: sítios com história (II)

Damos continuidade à viagem que José Mourato está a fazer por Sacavém e alguns dos seus locais mais emblemáticos.

Largo da Saúde, Largo 5 d’Outubro, O Largo

Na maioria das povoações que vieram da Idade Média a vida polarizou-se num largo. Ali se fazia a feira, o mercado, a cerimónia religiosa, as representações. Ali se encontravam as pessoas, brincavam as crianças, reuniam as tertúlias, tocavam as bandas. Ali se conspirava e ali passavam as moças casadoiras distinguindo com os seus olhares aqueles que gostariam de ter como namorados.

O nosso Largo terá sido isto tudo e muito mais. Não sabemos quando nasceu mas não custa admitir que terá sido vários séculos antes da nacionalidade. Nem sabemos quais os seus primeiros contornos que todavia não deveriam ser muito diferentes dos actuais.

Duas instituições terão contribuído para o seu desenvolvimento: o castelo e a igreja.

Há fortes suposições de que o castelo de Sacavém se situaria na área hoje ocupada pela sede de Sacavenense e pelo Posto da G.N.R (antigo)

Aliás, não há muito tempo, concluiu-se que um edifício situado entre a igreja e o Sacavenense seria uma antiga torre medieval, provavelmente aquela onde o almorixe de Sacavém dava audiências até ser danificada pelo terramoto. Por outro lado a igreja não era menos importante para o Largo. Primeiro foi a Capela de Santo André que foi anexa duma Albergaria que mais tarde se transformou numa gafaria, ou seja, uma residência para leprosos. Depois e até hoje, a igreja de Nossa Senhora da Saúde. Segundo Pinho Leal houve ainda, entre 1766 e 1876, no Largo da Saúde, uma outra capela, a de S. Francisco.

Dado o hábito que havia de sepultar os mortos nos adros das igrejas, também o Largo teve a função de cemitério. Sempre que ali se cava mais profundamente, lá aparecem ossadas.

Se nos limitarmos aos últimos cem anos verificamos que o Largo continua a ser o grande “forum” de Sacavém.

Foi aqui que se instalou Centro Escolar Eleitoral Republicano que tanta influencia teve na difusão do Republicanismo.

Foi também no Largo a primeira sede da Cooperativa “A Sacavenense”.

Em 1915, sempre no Largo, foi inaugurada uma Albergaria onde,



Santuário de N^a. S^a. Da Saúde e ao fundo o que poderá ter sido a Torre Medieval

segundo o jornal “Quatro de Outubro”, “...todos os infelizes encontrarão um abrigo para os agasalhar.”

As festas do povo de Sacavém, exceptuando a feira, foram sempre no Largo: A “Festa do Barco”, onde se representava o ataque de um barco (que vinha de Sacavém de Baixo puxado por juntas de bois) ao castelo; a “Festa da Árvore”, onde os miudos das escolas, ensaiados durante anos por José Pedro Lourenço, representavam e plantavam uma árvore; A “Festa da Senhora da Saúde” A devoção com a Senhora da Saúde data, em Sacavém, do tempo da *peste grande*, 1599.” Nestes tempos os enterros faziam-se dentro das igrejas, porém, dada a grande mortalidade ocorrida durante esta peste, teve que se recorrer ao exterior.

Por aí...

“**Monografia da freguesia de Lousa**”, de Fernando Patronilo d’Araújo, editado em 2004, é uma viagem por Lousa, com breves apontamentos sobre as diversas localidades, os monumentos, as colectividades, o património arqueológico, tudo acompanhado de alguns dados económicos e sociais da freguesia de Lousa. Na parte final da monografia destaque para a reprodução de alguns documentos antigos, como o “relatório e contas geraes da receita e despeza aplicada às festividades de nossa Senhora do Cabo Espichel”, referente aos anos de 1891 e 1892.

Num momento em que têm lugar obras de requalificação e valorização do Parque Municipal do Cabeço de Montachique, é curioso ler uma pequena publicação, da responsabilidade do Clube de Ambiente da Escola Secundária de Santo António dos Cavaleiros, abordando a história, as características geomorfológicas de Montachique, os animais (aves, anfíbios, répteis, mamíferos) e a vegetação (árvores e arbustos) de tão importante zona natural. Editada em 1999, a brochura tem como título, simplesmente, “**Parque Municipal do Cabeço de Montachique**”.

Vítor Manuel Adrião é o autor de “**Frielas- Memorial Histórico**”, livro publicado em 1996, numa edição do Rancho Folclórico e Etnográfico “Os frieleiros”. Com uma visão muito própria, o autor aborda a origem da palavra Frielas, a presença dos árabes no território, o povoamento cristão, algum do património mais relevante como o Paço, Igreja, Cruzeiro, recorda personagens insígnies que marcaram presença em Frielas, traz à liça a actividade das pescas, as salinas, a importância da várzea e, naturalmente, o trabalho desenvolvido pelo rancho de Folclore local na recolha e preservação de lendas, modas, cantos que marcaram Frielas.

Por iniciativa do Grupo Recreativo Apelaçonnense, Henrique Tigo escreveu “**Apelação «no tempo»**”. O livro fazia parte das iniciativas comemorativas dos 100 anos da colectividade e foi editado em 2009. Para além de fornecer um conjunto de dados referente à demografia da então freguesia, taxa de desemprego, taxa de

Daí que quando se fazem escavações no Largo, logo aparecem ossadas antigas. Terá sido durante esses enterramentos que apareceu uma imagem da Senhora da Saúde o que terá levado o povo a considera-la Padroeira.

A partir de 1974, o Largo ganhou mais uma festa, a do 25 de Abril. Não nos esqueçamos que era no Largo que o sino tocava a rebate quando se abatia sobre os trabalhadores da terra a repressão da GNR e da PIDE. Foi ainda no Largo que se concentrou e partiu para Loures a “Marcha da Fome” de 1944 encabeçada pelas mulheres de Sacavém.

IGREJA DA SENHORA DA SAÚDE

Segundo a resposta do Pároco de Sacavém ao Inquérito Pombalino de 1758 que procurava saber o impacto do Terremoto de 1755, “*A Paróquia está no meio do lugar e se acha demolida por ordem de Sua Majestade Fidelíssima El Rei D. João o quinto que Deus haja em glória, para se reedificar de novo, e com efeito se principiou a sua reedificação, ficando somente uma parede feita a simalha da parte do Norte, e haverá onze ou doze anos não se continuou mais na dita obra, e se diz que por falta de continuação, cada parede pelo Terremoto não teve prejuízo algum.*”

Esta Igreja constava de sete Altars com Altar Mor, onde estava o Santíssimo Sacramento, e a Sª da Purificação de que é orago da dita Freguesia.

ALTARES COLATERAIS

Da parte do Evangelho no primeiro estava a Sª do Rosário, no seguinte Nª Sª da Assunção, no 3º S. Francisco, e da parte da Epístola no primeiro estava o Senhor Jesus da Via Sacra, no seguinte S. Miguel e no 3º Sta.- Catarina”

A capela primitiva foi derrubada e refeita à custa das esmolas populares em 1652; sofreu novas obras de beneficiação em 1700, e foi grandemente reparada em 1756,

após o terramoto do ano anterior. Sofreu novas obras de restauro em 1872 (custeadas pelas esmolos) e em 1986 (da responsabilidade da paróquia, então dirigida pelo Prior Filinto Ramalho).

Torre Medieval

Há poucos anos foi identificada, julgo que por técnicos da Camara, uma construção sita nas traseiras da Igreja da Sª da Saúde, junto à Sede do Sacavenense, que terá sido uma torre medieval. Ora no Inquérito Pombalino de 1758 dizia o Pároco de Sacavém na descrição da vila: “*...Tem Almojarife e oficiais para as avaliações dos quartos que pagam à Sereníssima Casa de Bragança. O Almojarife com escrivão e mais oficiais faz audiência em dois dias da semana que são segundas e sextas feiras na anti-quíssima Torre que ficou muito ar-ruinada pelo Terremoto; nas casas em que costumavam assistir os Almojarifes, em uma delas se fazia audiências às partes, e hoje se faz em casa do Almojarife em Camarate por causa da dita Torre se mandar demolir pela grande ruína que a ameaçava.*”

Podemos por isso admitir que esta seria a Torre do Almojarife e, mais, que poderia fazer parte do castelo de Sacavém.

ALBERGARIA

No dia 11 de Julho de 1915, por iniciativa da Associação Cultural de Sacavém, foi inaugurada no Largo 5 d’Outubro, (onde, segundo o “Quatro de Outubro”, terá havido há séculos outra) uma Albergaria cuja finalidade era socorrer os mais pobres, os sem lar, os com fome, principalmente as crianças e os velhos. Foram seus promotores José Joaquim Rodrigues e Francisco Lourenço ambos fervorosos republicanos. Aliás, na altura, esta obra foi vista como exemplo da preocupação que o regime implantado cinco anos antes, mostrava pela assistência pública (os nomes dos promotores fazem parte da toponímia de Sacavém).



Por aí...

actividade, ensino básico, taxa e analfabetismo, tipo de alojamento, que nos ajudam a caracterizar a Apelação, o autor aborda ainda a heráldica e a história do Grupo Recreativo Apelaçonense. Destaque para o texto introdutório a cargo do arquitecto Keil do Amaral.

.....

“Juntos Somos Mais Bombeiros-Bucelas 125 anos”, edição da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Bucelas, de Julho de 2016, pretendeu, como é fácil de perceber, lembrar os 125 anos da corporação. A coordenação esteve a cargo de Isabel Rodrigues, que escreveu os textos de dois capítulos (1, 4) e que foi acompanhada de Filipa Roque (Cap. 2) e de Jorge Afonso (Cap. 3). Foi feita uma tiragem de 1.000 exemplares.

O livro, com mais de 200 páginas, está dividido em quatro grandes capítulos: Introdução; Memória do Presente; Memória do Passado; Imagens e Factos. Repleto de fotografias e de dados estatísticos e biográficos, “Juntos Somos Mais Bombeiro” é, para além de uma história da Associação Humanitária, um contributo para a compreensão da própria freguesia de Bucelas.

.....

Sidónio Garcia escreveu **“História de uma rua sem nome”**, meio século para a legalização da AUGI- Área Urbana de Génese Ilegal da Rua Particular à Azinhaga dos Lameiros, em Carnide, no concelho de Lisboa. É uma viagem pela vida de Sidónio Garcia, das dificuldades e aspirações de seus pais para terem uma casa, da construção clandestina, juntamente com outras famílias, até ao momento em que foi possível legalizar o bairro. A ligação a Loures estabelece-se por duas vias. Uma delas remete para a figura de Adão Barata, então presidente da Junta de Carnide e que, anos depois, foi presidente da Câmara de Loures. A ele se deve muito o apoio e a sensibilização do poder autárquico municipal para a especificidade deste bairro. A outra ponte com Loures diz respeito ao exemplo que o concelho significou para muitos bairros, então sem ruas asfaltadas, sem saneamento, sem água e luz. Esse exemplo chegou à Azinhaga dos Lameiros, com as obras de fim de semana em que a autarquia cedia material e máquinas, e acabou por ser replicado.

O livro foi publicado em 2018, pela Boutique da Cultura, num total de 500 exemplares.



CENTRO REPUBLICANO

“Os Centros Republicanos tiveram o seu início em 24 de Outubro de 1857 com a criação do Grémio Popular fundado pelo tipógrafo e escritor José Maria da Silva Albuquerque.

Foi em 1891 que tiveram grande desenvolvimento. Depois do tratado de Lourenço Marques e da Revolta de 31 de Janeiro no Porto, Casimiro Freire abriu no jornal “O Século” (dirigido por Magalhães de Lima) uma subscrição pública para a fundação da Associação das Escolas Móveis pelo Método João de Deus, e foi essa instituição que, organizando missões escolares aos mais recônditos pontos do país, impulsionou de maneira firme, a criação de numerosíssimos centros escolares republicanos onde, durante o dia era ministrada instrução primária às crianças filhas dos sócios e, à noite, se reuniam estes para ouvirem conferências políticas pelos melhores caudilhos republicanos” (conforme a Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira).

Como consequência do espírito republicano prevaemente na população, em Sacavém foi fundada, em Maio de 1883 a Associação Escolar Eleitoral de 1820 cuja principal missão era, para além de difundir o ideal republicano, a alfabetização, de dia para jovens e à noite para adultos. Aliás a instrução constituiu uma batalha permanente quer para republicanos quer para sindicalistas.

Essa associação viria a ser encerrada em 1891, em consequência do levantamento de 31 de Janeiro no Porto.

Em 1909, a 18 de Maio, é fundado o Centro Escolar Eleitoral Republicano que vem, de certa forma, continuar a Associação Escolar. Nas actas da Junta da Paróquia de então, encontramos registo de subsídios para a compra de velas para iluminação das aulas noturnas.

O Centro teve a sua sede no Largo 5 d’Outubro, ou melhor, no prin-

cipio da Rua Júlio Bruno da Costa Pereira.

SACAVENENSE

Também no Largo e merecendo ser citado como elemento deste sitio histórico, tem a sua sede o Sport Grupo Sacavenense. E merece a citação não só pelo papel relevante que ao longo de décadas tem tido nas várias modalidades desportivas, mas também no aspecto cultural e de resistência à ditadura fascista.

Folheamos o nº1 do seu Boletim (Novembro de 1968) e, do espaço reservado à Secção Cultural, respigámos o seguinte:

- Biblioteca – está em funcionamento desde o dia 1 de Outubro a nossa Biblioteca onde actualmente existem 600 obras.

- e do nº 2 (Dezembro de 1968):

- Exposição de fotografias de Eduardo Gageiro, sessões de cinema infantil em colaboração com o Cine Clube Imagem e uma análise detalhada da iniciativa “Salas de Estudo” para adultos preparando-os para exame no Curso Industrial. No ano lectivo 1968/69 estavam inscritos 45 alunos no ciclo preparatório, 15 no 3º ano e 8 no 4º.

Um aspecto relevante na vida do Sacavenense foi a resistência à ditadura. Essa resistência consistiu principalmente na difusão de cultura, no esclarecimento político que era levado a cabo através de debates, de sessões de esclarecimento, a que aderiam figuras gradadas da oposição. Aproveitavam-se datas com relevância histórica para promover essas sessões como o 5 de Outubro ou o 1º de Dezembro. É claro que os membros da Direcção estavam constantemente sob a vigilância da Polícia Política e os debates, quando eram autorizados ou feitos à revelia, tinham sempre a presença da G.N.R. No livro “Sacavém e as suas Lutas” podem ver-se nos anexos, cópias da correspondência entre PIDE, a GNR, a Câmara, a Junta de Freguesia, pedindo e dando informações sobre os membros da Direcção,

Por aí...

“**Temos o tamanho dos nossos sonhos**”, foi editado em 2017, por ocasião dos 40 anos do Poder Local Democrático, data que a Câmara Municipal de Loures resolveu evocar. A coordenação do livro esteve a cargo de Ana Paula Assunção e, para além de textos desta historiadora, conta com artigos de Francisco Sousa e Laura Alves. O livro divide-se em mais de uma dúzia de capítulos. Contêm inúmeras fotos antigas e uma relação de todos os autarcas eleitos, quer para a Câmara e Assembleia Municipal de Loures, quer para as diversas Juntas e Assembleias de Freguesia, isto desde as primeiras eleições autárquicas. Destaque ainda para uma vasta bibliografia.

Em Maio de 2009, a Junta de Freguesia de Santa Iria de Azóia editava o primeiro livro de poetas populares. Nesta primeira edição participaram três, Acácio Pedro, Alexandre Monteiro e Cândido Barros. Como refere no seu texto Manuel Barata, todos os autores têm poemas alusivos a Santa Iria. Significa isto que estamos também perante um olhar, de uma sensibilidade diferentes, de Santa Iria de Azóia, da terra, das suas gentes. „**Palavras de Vida**“, foi o título escolhido para este livro de poemas e poetas populares da freguesia de Santa Iria de Azóia.

Joaquim Capricho é um amante da sua terra, Bucelas. Ao longo dos anos recolheu elementos, fotos, guardou documentação, estudou e pesquisou dentro das suas possibilidades e dos seus sabres. Em 2013, publicou „**Bucelas, das Origens ao Século XX**“ que fala, como refere o padre Eduardo Freitas no prefácio, dos “monumentos históricos, os povos, seus hábitos e costumes e principalmente a tradição de várias gerações”. Um documento a ser lido com um olhar crítico, mas que fornece por certo referências curiosas sobre Bucelas.

Capitolina Guimarães é uma conhecida poetisa popular de Fanhões. É a Fanhões que dedica um seu livro de poemas, com o título „**Fanhões, Linda Terra**“, publicado em 1999, por iniciativa da Junta de Freguesia local. O apego à terra está presente na homenagem que presta aos Bombeiros Voluntários de Fanhões, aos calceteiros, às lavadeiras e aos lavaradores.

os colóquios e o seu conteúdo, chegando a alertar para os padres contestatários residentes no concelho de Loures, bem como para aqueles que “...*através de baladas e poesias têm-se ocupado da rejeição da obra do Governo*” apontando os nomes: Padre Fanhais, Zeca Afonso, Carlos Paredes, José Barata Moura, Manuel Freire, Ary dos Santos, Adriano Correia de Oliveira, Rui Pato, Diniz Cintra, António Braga.

Cooperativa “A Sacavenense”

Também no Largo teve a sua primeira sede esta Cooperativa, fundada em 31 de Janeiro de 1900, que até há alguns anos foi o apoio de muitas famílias sacavenenses. Constituída segundo os ideais republicanos, os seus estatutos deixam transparecer a consciência de classe dos seus fundadores: «Artº 4º - Podem fazer parte desta sociedade todos os indivíduos maiores, que sejam operários, sem distinção de cor, crença ou nacionalidade, contanto que aceitem e cumpram o preceituado nestes estatutos. § 2º - Não são eleitores nem elegíveis, indivíduos que sejam caixeiros superiores, encarregados, mestres ou donos de oficinas, fábricas, armazéns ou escritórios».

Bombeiros Voluntários de Sacavém

Também esta corporação esteve sediada no Largo, conforme respectiva acta: A 3 de Dezembro de 1931, é feito um contracto de arrendamento com Olinda da Conceição Azenha, pelo valor de 160\$00 mensais, para instalações do quartel, no Largo 5 de Outubro, nº 30/31, em Sacavém.

Festa do Barco

No Largo havia anualmente uma festa que julgo ter raízes muito antigo mas que nunca encontrei qualquer documento que falasse dela. Era a Festa do Barco. Lembro-me de, nos meus tempos de miúdo, há cerca de 80 anos, ter assistido talvez à sua última rea-

lização. Constava do seguinte: no Largo, nas traseiras da Taberna do Cera, era construído um castelo e vindo de Sacavém de Baixo, puxado por juntas de bois, subindo a Calçada do Chafariz vinha um barco que sustentava um combate com o castelo. Com tiros de pólvora seca já se vê.

Concentração da Marcha sobre Loures

Face ao racionamento imposto em Abril de 1944, os trabalhadores da zona de Sacavém até Vila Franca entraram em greve nos dias 8 e 9 de Maio. *É claro que as pessoas não podiam deixar de se manifestar.* Imediatamente se começou a organizar uma resposta das populações a esta afronta. No dia 9 de Maio o pessoal de Sacavém começou, no Largo 5 d’Outubro a organizar uma manifestação que fosse a Loures reclamar mais pão ao Administrador. Assim se fez. Centenas de homens e mulheres, estas empunhando bandeiras pretas, evitando as estradas principais, indo por azinhagas e carreiros direitos a Camarate de onde, passava das 10 horas, partiram para a Apelação mais de mil pessoas. Aqui juntaram-se além dos operários da *fabrica de munições muitas centenas de camponeses. Já com mais de 2000 pessoas, a manifestação prosseguiu por Frielas e Loures onde chegou por volta do meio dia com mais de 3000 pessoas. Milhares de vozes gritavam que queriam pão.*

Foi então que o presidente da Câmara, chegando a uma varanda, declarou que estava a tentar resolver o assunto. Simplesmente o que ele quis foi ganhar tempo até que chegassem mais reforços da GNR e da policia politica. E assim aconteceu. Os reforços da GNR a cavalo entraram de rompante espancando a torto e a direito enquanto a policia, a PVDE, enchia as “ramonas” de trabalhadores e os transportava para a Praça de Touros do Campo Pequeno, em Lisboa.

O curioso Grupo dos 31 de Casainhos

Numa pequena localidade de Fanhões, Casainhos, nasceu, em 1903, um interessante projecto social que importa dar a conhecer e cuja prática nos remete para políticas de assistência social dos tempos de hoje.

Em Casainhos, localidade situada na freguesia de Fanhões, nasceu a 1 de Julho de 1903 o “Grupo dos 31”, assim chamado porque foram 31 os “individuos de sexo masculino” (1) que fundaram uma associação vocacionada, conforme referem os estatutos, no seu Capítulo 1, artigo 2º, para “socorrer os agrupados nas suas doenças com subsídio pecuniário e o mesmo para o jornal”. Não há muitos elementos sobre este grupo. Como documento essencial temos os estatutos, uma pequena brochura impressa em 1904, na Tipografia Costa Braga e Companhia, situada na Rua da Palma, em Lisboa. Há ainda algumas actas, a partir do ano de 1949 e, depois, as memórias dispersas de pessoas de Casainhos.

Os Estatutos são um documento fundamental. Percebe-se claramente o fim social do Grupo que, curiosamente, não se assume como uma Associação, nos moldes em que conhecemos, mas como “um fundo permanente, para os fins que vão indicados no artigo 2º” (2). O que teria levado estes homens a juntarem-se e a canalizar esforços para mitigar problemas de ordem social? É provável que os ideais republicanos, que então varriam o País, e onde a problemática social estava muito presente, tivesse de alguma forma chegado a Casainhos. Importa reter que na freguesia de Fanhões o movimento republicano teve sempre muita expressão. Mas para

além dos ideais, não é de excluir uma crescente preocupação e sensibilidade para a incapacidade do Estado e dos Governos darem uma resposta efectiva às calamidades naturais e aos surtos epidémicos e que tantas vidas ceifaram.

O grupo foi criado em 1903. Em 1855/56 mais de nove mil pessoas morreram em Lisboa devido ao surto de cólera e, em 1857, a febre amarela dizimou imensa gente. As consequências sociais nas famílias foram desastrosas e fizeram sentir-se ao longo dos anos.

Também não é de colocar de lado o facto de a partir do início de 1800 terem lugar algumas medidas de combate à mendicidade, alertando a sociedade para a necessidade de sistemas preventivos. O primeiro asilo nasce em 1800, em 1834 D. Pedro V cria o Asilo da Infância Desvalida e, no ano seguinte, D. Maria II cria o Conselho Geral denominado de Beneficência.

Há, portanto, um caldo político, social, legislativo que tem no seu centro preocupações de apoio social. A isto é justo agregar uma atitude activa da população de Casainhos, que se manifestou ao longo dos tempos, em diversos movimentos reivindicativos. Por exemplo, em Novembro de 1889 há um abaixo assinado, entregue à Câmara de Loures, solicitando autorização para a construção de uma ponte sobre o rio da Corredoura, no lugar de Casainhos. Ou ainda o abaixo assinado contra alterações no curso do rio, colocando em causa a subsistência das pessoas.

UMA LEITURA DOS ESTATUTOS

Uma leitura atenta dos Estatutos revelam aspectos

curiosos. O artigo 2º refere com clareza os fins do fundo. Fala num jornal, mas não existem elementos de qualquer publicação.

O Capítulo II esclarece quem pode fazer parte do Grupo. O seu artigo 4º diz “Podem fazer parte do grupo todos os individuos maiores de 16 a 50 anos d’este logar de Casainhos”. Dede logo ficava delimitado que tinham de ser de Casainhos. Mas havia outras condições, “ser proposto por alguns dos 31 fundadores”, estar em pleno “goso de saúde pelo menos de 3 meses antes de ser admitido”, ter “bom comportamento moral e civil” e “ter profissão ou emprego honesto d’onde aufera os meios de subsistência” (3).

Apesar de situar, numa primeira fase, a entrada de elementos para o Grupo a Casainhos, os Estatutos acabavam por abrir uma excepção no seu artigo 5º, artigo 2º, ao dizer que “Pode ser admitido qualquer individuo de fora do logar nas mesmas condições que os de Casainhos, quando assim a direcção o entenda”.

Quais as obrigações de cada amigo? Tinha de contribuir com 600 reais por mês, mais 120 reais por um exemplar dos Estatutos, mais 500 reais para o auxílio permanente de auxílio para funeraiis e ainda 100 reais mensais para a “constituição de um fundo permanente do grupo para quando haja mollestia oficialmente declarada”, ou seja, quando existam surtos epidémicos (4).

O principal apoio era à doença. Esse apoio implicava algumas exigências. Por exemplo, a comunicação da doença devia ser acompanhada de atestado médico, os donativos que alguém recebesse deviam ser comprovados através de recibo, os

esforços feitos para debelar a doença deviam estar registados, devendo o doente ter “em seu poder documento médico em que declare a doença, as horas dos remédios e se o doente pode sair de casa, marcando as horas em que o pode fazer” (5).

Os direitos e regalias consagram o que cada um pode receber. O artigo 7º estipula “600 reis diários durante os primeiros 60 dias de trabalho”, passando depois para os “300 reis diários nos 30 dias seguintes”. Na prática, estamos perante um ainda incipiente subsídio à doença. Passado este prazo o doente tem de apresentar um atestado médico “a fim de se conhecer se a doença é ou não crónica”, pois se for crónica o subsídio cessa.

Para além do apoio na doença, a ajuda no funeral mereceu destaque de tal forma que este é um elemento que muita gente de Casainhos ainda se lembra. Esta ajuda tem um aspecto curioso: se o funeral ficasse a cargo de alguma Associação a que o Amigo pertencia então o valor do donativo seria entregue “à viúva ou filhos para o lucto” (6). Na prática funciona como um subsídio ao funeral como também existe hoje.

Eram manifestas as preocupações com a saúde pública. O pagamento do subsídio apenas tinha lugar após ser comprovado “que o corpo foi sepultado em cova separada e com caixão”. E preocupações de dignidade. Se por alguma razão “falecer algum amigo em extrema pobreza, o grupo providenciará a que o seu corpo não seja lançado na vala comum” (7).

Os Estatutos consagram regras rigorosas. No Capítulo VIII, artigo 22º, lê-se: “Ao amigo que for encontrado

fora das horas que lhe estão marcadas pelo médico, quando doente, quer em passeio, quer trabalhando, perde o direito ao subsídio, que só lhe será dado 30 dias depois e tendo apresentado nova parte de doente”. Refere ainda a existência “de um visitador encarregado de examinar o atestado médico e se as prescrições deste são cumpridas”.

HOMENS ACTIVOS

Comparando alguns documentos, nomeadamente o abaixo assinado sobre o uso abusivo da água ou o do projecto da ponte, já referido, encontramos os mesmos nomes. Por exemplo Manuel Lopes do Becco, António José Branco ou José Paulino que assinaram o abaixo assinado a exigir a Ponte, fazem parte do Grupo dos 31. Também diversos nomes que constam no abaixo assinado da água, pelo menos cinco, fazem parte do Grupo dos 31. É inegável a existência de um conjunto de homens socialmente activos, alguns deles presentes em diversos momentos da vida de Casainhos.

Apesar dessa vontade, o Grupo dos 31 teve altos e baixos. Em Janeiro de 1949 tinha lugar uma reunião, “presidida pelo amigo mais velho, que é Joaquim Jorge Parola” (8). Este nome não consta do grupo fundador, tudo indicando que ao longo dos anos a composição do Grupo sofreu mutações.

Esta acta fornece elementos expressivos. Desde logo a referência a José António de Carvalho, que nos Estatutos é indicado como “principal fundador” mas que, entretanto, “vive afastado deste meio” mas nunca “esquecendo a terra que lhe foi berço” (8). A reunião de Janeiro de 1949 é ainda importante, porque reconhece a degradação dos bens materiais e

espirituais do Grupo e decide avançar com a constituição de uma Direcção.

Em Setembro desse mesmo ano tem lugar mais uma reunião, onde se dá conta da informação prestada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Fanhões da criação de uma escola em Casainhos. Depois de uma visita das “entidades competentes”, concluiu-se que o melhor local seria a “sala da sede deste Grupo, que para isso teria de sofrer reparações” (9), proposta que foi aceite. Através desta acta ficamos assim saber que o Grupo teria, a dado passo, conseguido instalações próprias, tudo o indica em 1914, pois no meio das actas, existe o início de uma carta, a ser endereçada ao Presidente da Câmara de Loures (sem data), que fala da fundação do Grupo e que “em 1914 foi possível construir uma casa-sede que ficou património do Grupo”.

As actas dos anos seguintes – há um interregno de 1950 a 1957 – reflectem o esforço e as dificuldades de funcionamento do Grupo dos 31.

A acta nº 5, de 19 de Maio de 1957 refere o desejo de construir “uma pequena casa para a carreta” funerária. A acta nº9, de 12 de Março de 1967, de uma reunião com a presença de 14 amigos, dá conta de uma proposta de alteração dos Estatutos, permitindo a realização de Assembleias Gerais, em segunda convocatória, com qualquer número de sócios. Isto devido às dificuldades “em conseguir número de presença de amigos” na primeira convocação. (10)

Em 1971, o que não deixa de ser curioso, na reunião de Novembro desse ano, ainda se coloca a questão de fazer uma pequena reparação na carreta funerária, para depois ser vendida. (11)

Só 13 anos depois temos actas. Estamos em 22 de Janeiro de 1984. É a fase final. Em causa a doação do edificio sede e seu anexo à Junta de Freguesia de Fanhões, em troca de obras no ré do chão tendo em vista a criação de uma Capela e Casa Mortuária. A reunião conta com 8 pessoas. Em 1986 realiza-se uma outra reunião entre o que resta do Grupo dos 31, a Junta de Freguesia e a Câmara de Loures. Fica decidido transformar o 1º andar numa escola pré-infantil, o rés do chão numa sala de convívio para a terceira idade e o anexo em casa mortuária. Nessa reunião tomase a decisão de doar o edificio em definitivo à Junta de Fanhões e a carreta à Câmara de Loures para ser restaurada e colocada no Museu. A carreta funerária, sabemos, está guardada em Bucelas, numa sala do Museu do Vinho.

A última acta de que há conhecimento tem data de 19 de Maio de 1986. É assinada por dez amigos. Delega poderes em João Jorge Branco “para outorgar a escritura de doação, registos definitivos ou provisórios na Conservatória, e toda a documentação necessária para a legalização do prédio urbano e

anexo(...)” (12), ou seja, para concluir o processo de passagem do património para a Junta de Fanhões.

Ainda há muito a descobrir no Grupo dos 31 de Casainhos. Em especial em torno das pessoas que o alimentaram ao longo destes anos todos. Inegável, porém, é esta rica experiência de solidariedade social, que emergiu num meio rural e que se manteve activa, com altos e baixos, durante muitos anos.

Carlos Cardoso

- (1) Capítulo I, artigo 3º
- (2) Capítulo I, artigo 1º
- (3) Capítulo II, artigo 4º
- (4) Capítulo III, artigo 6º
- (5) Capítulo IV, Direitos e Regalias
- (6) Capítulo IV, artigo 9º, parágrafo 1º
- (7) Capítulo IV, artigo 9º, parágrafo 3º.
- (8) Acta nº 1 de 2 de Janeiro de 1949
- (9) Acta nº 2, de 4 de Setembro de 1949.
- (10) Acta nº 9, de 12 de Março, de 1967.
- (11) Acta nº 13, de 13 de Novembro de 1971
- (12) Acta nº 17, de 19 de Maio de 1986

Censos

Através de uma consulta ao recenseamento de 1926, é possível encontrar dados que permitem fazer alguma caracterização do Grupo dos 31. Foi possível identificar sete dos fundadores, todos com profissão, grosso modo com actividades ligadas ao campo. A excepção é a de professor. Não são profissões abastadas, mas que permitem alguma estabilidade. Aliás, em recenseamentos posteriores, a maior parte destas pessoas mantinham as mesmas profissões.

1926

Eduardo Machado – trabalhador, 49 anos, casado
Henrique Domingues Verissimo- tanoeiro, 42 anos, casado
José Jorge Parola- sapateiro, 45 anos, casado
José Jorge- trabalhador, 51 anos, casado
José Paulino- sapateiro, 52 anos, casado
Manuel António de Carvalho- ferreiro, 45 anos, casado
Manuel Domingues Seringa- professor, 55 anos, casado